

“Totonha” Tem o Direito de Ler e Escrever

“Totonha” Has the Right to Read and Write

Guilherme Ramos de Oliveira^a; Epaminondas de Matos Magalhães^{*a}

^aInstituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino. MT, Brasil

*E-mail: epaminondas.magalhaes@plc.ifmt.edu.br

Resumo

A literatura em seu papel transgressor busca provocar o leitor a ter reflexões acerca de paradigmas sociais por meio da ficção. Então, este texto tem por escopo elucidar a importância da leitura literária, revisando o conto Totonha, da obra Contos Negreiros, de Marcelino Freire. Assim, compreendendo a função que a literatura desempenha na sociedade, espera-se que as pessoas modifiquem suas realidades através do acesso à leitura. Além disto, ao apreciar a história da personagem, é possível visualizar o contexto histórico e social em que está inserida, entregando pistas ao leitor, para que faça a comparação entre ficção e realidade. Sendo assim, além de convidar o indivíduo a refletir sobre a história da personagem, aguça o sujeito a examinar o modo que a leitura e a escrita estão dispostas aos cidadãos. Para tanto, legalmente é assegurado o direito à educação, à cultura e à literatura a todos, mas na prática não funciona exatamente assim. Será apenas a ficção de Totonha ou a realidade de inúmeros brasileiros. Com isto, passa-se a questionar os aspectos e os paradigmas sociais que a literatura busca revelar.

Palavras-chave: Ensino. Leitura. Literatura.

Abstract

The literature in its transgressive role seeks to cause the reader to reflect on social paradigms through fiction. Thus, this text aims to elucidate the importance of literary reading, reviewing the story Totonha, from the work Contos Negreiros, by Marcelino Freire. Thus, the understanding of a role that literature plays in society, it is expected that the subjects modify their realities through reading access. Furthermore, when appreciating the character's history, it is possible to visualize the historical and social context that is inserted, providing clues to the reader, so that he or she can make a comparison between fiction and reality. Thus, in addition to inviting the individual to reflect on the character's history, it sharpens the subject to examine the way that reading and writing are available to citizens. To this end, the right to education, culture and literature is legally guaranteed to all, but in practice it does not work exactly that way. It will only be the fiction of Totonha or the reality of countless Brazilians. With this, it is questioned the social aspects and paradigms that the literature aims to reveal.

Keywords: Teaching. Reading. Literature.

1 Introdução

“Totonha” é a personagem e a história que será apreciada neste texto, o que se sabe é que ela mora em Vale de Jequitinhonha, é idosa e analfabeta. Totonha, cujo nome da personagem, dá título ao Canto XI, da obra “Contos Negreiros”, de Marcelino Freire, pode dar ensejo a inúmeras possibilidades de reflexão, no entanto, busca-se neste trabalho a compreensão de que a ficção da narrativa é a realidade de diversos cidadãos brasileiros.

A história retrata um impasse entre a personagem e uma moça – professora – que vai até sua casa para lhe ensinar a ler e escrever, entretanto, o desenrolar do conto mostra Totonha se justificando a não passar pelo processo de alfabetização, por vários fatores, mas principalmente por já ser mais velha e por ser pobre.

Nesse sentido, aguça o leitor a refletir sobre a narração, porque mesmo sendo uma história ficcional, é vista no cotidiano brasileiro. Assim, sem cortejos e floreios, Marcelino

Freire descreve a dura realidade de pessoas que vivem à margem da sociedade. Contudo, dá azo para que o sujeito entenda sua posição social e como a literatura pode influenciar na mudança de paradigmas.

Desse modo, cabe ao leitor ressignificar os inúmeros reflexos sociais presentes na história do texto, visto que o acesso à leitura e à escrita, mesmo positivados como direitos fundamentais inerentes ao indivíduo, seu exercício não é tão eficaz, quanto no ordenamento jurídico.

Enfim, esta investigação tem por objetivo explicitar a importância do acesso à leitura, do direito à literatura e da função social da leitura literária. Com isto, busca-se afirmar a necessidade que as pessoas têm de se tornarem leitoras, para que construam conhecimento, constituam autonomia e combatam injustiças sociais.

2 Desenvolvimento

2.1 Metodologia

Para realização deste estudo foi adotado como material, o texto, corpus de análise, Canto XI, da obra “Contos Negreiros”, de Marcelino Freire, por se entender que o texto traz uma denúncia social, portanto, representa o lugar que o negro ocupa na sociedade. Assim, tomando como base o texto em questão, adotou-se como método a pesquisa bibliográfica, primeiramente, partindo de fontes primárias sobre o autor e sua obra, posteriormente, a análise literária do texto em questão, a partir da fortuna crítica.

Assim, tal texto parte da análise crítica sobre o Canto XI, da obra Contos Negreiros, de Marcelino Freire.

2.2 Discussão

O processo civilizatório é composto por descobertas e derradeiros conflitos, dos quais estão dispostos em inúmeros livros, revistas, jornais e periódicos. A partir disto se tem material para produzir e contar histórias reais ou fictícias de pessoas ou de uma sociedade. Sob este aspecto, a literatura busca contemplar enredos que instiguem o leitor a pensar, refletir e transformar a realidade em que está inserido, com base no que o autor propôs em sua obra.

Neste seguimento autor-obra-leitor, a literatura encontra sua função social no momento que o indivíduo se identifica com a história e compreende os nuances sociais que vive. Dessa feita, ao passo que a leitura literária possa modificar a vida do sujeito, é possível dizer que cada obra possui seu valor e importância na construção de uma sociedade plural.

Assim, não basta que apenas escritores publiquem suas obras, é necessário que alguém faça a leitura, compreenda e repasse a mensagem. No entanto, cada livro possui sua peculiaridade, de modo que cada leitor tenha uma experiência diferente com o texto, a depender de suas vivências e histórico social.

Desse modo, mesmo com a subjetividade de cada indivíduo, as obras publicadas e prontas para serem exploradas têm, em sua essência, o objetivo de transcender o imaginário do leitor, para que possa visualizar na prática o que está escrito. Contudo, ler não é tarefa fácil, é preciso coragem e determinação para dar sentido ao texto e transgredir os pensamentos do autor.

Sob este aspecto, entendendo que a literatura transforma o leitor e a sociedade, há um grande impasse quando inúmeras pessoas não se enquadram neste grupo de leitores, por diversos empecilhos, como não ter acesso aos livros, desinteresse pela leitura ou por fatidicamente não saber ler.

Contudo, é assegurado constitucionalmente a todos cidadãos o direito à educação e à cultura, assim cabe interpretar que o direito à literatura também faz parte do rol de direitos fundamentais, capazes de garantir a dignidade humana. Desse modo, qualquer sujeito que tem o seu direito à literatura cerceado, tem limitação a sua dignidade. A partir disto, cabe

ressaltar a importância da leitura literária no processo de emancipação do indivíduo, em busca de sua autodeterminação, a fim de que possa desenvolver um posicionamento crítico ante os paradigmas sociais. Dessa feita, Antonio Candido (1972) relata que:

A literatura é, pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta ao autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo. (p. 84)

Nesses termos, o leitor na busca de sua autonomia faz parte de um sistema, do qual é convidado a viver, decifrar, aceitar e deformar a obra literária. Sendo assim, entende-se que o conteúdo que compõe o texto literário, não é imutável, de modo que enseja a renovação das ideias estabelecidas pelo autor.

Antemão, Bordini e Aguiar (1988, p.10) endossam a necessidade que cada indivíduo possui de ter acesso à literatura.

O acesso aos mais variados textos, informativos e literários, proporciona, assim, a tessitura de um universo de informações sobre a humanidade e o mundo que gera vínculos entre o leitor e os outros homens. A socialização do indivíduo se faz, para além dos contatos pessoais também através da leitura, quando ele se defronta com produções significantes provenientes de outros indivíduos, por meio do código comum da linguagem escrita. No diálogo que então se estabelece o sujeito obriga-se a descobrir sentidos e tomar posições, o que o abre para o outro.

Reiterando as ideias já expostas, as autoras afirmam a importância da leitura literária na construção da sociedade, pois faz com que o indivíduo se desenvolva no meio social, ressignificando valores e experiências através da linguagem escrita. Por ora, ao reforçar o processo de humanização do indivíduo, por meio da literatura, Bordini e Aguiar (1988, p.12) explicitam que:

É importante que as classes menos favorecidas tenham acesso à cultura letrada, sob pena de se manterem as diferenças sociais. Isso quer dizer que, ao se valorizar todas as expressões culturais dominadas, não se está pretendendo limitar as classes populares ao conhecimento já adquirido no grupo. O que se propõe é abrir-lhes o leque de opções de modo a atuar efetivamente na vida social e não apenas como massa de manobra, uma vez que elas passam a ser capazes de jogar com as mesmas armas.

Vê-se que a pessoa com acesso à literatura possui vantagens na sociedade, porque consegue visualizar aquilo que está posto com maior abrangência. Com isto, não se deve deixar qualquer cidadão à margem desta fonte de conhecimento, para que não tenha sua dignidade violada. Por fim, as pesquisadoras mencionam que:

A atividade do leitor de literatura se exprime pela reconstrução, a partir da linguagem, de todo o universo simbólico que as palavras encerram e pela concretização desse universo com base nas vivências pessoais do sujeito. A literatura, desse modo, se torna uma reserva de vida paralela, onde o leitor encontra o que não pode ou não sabe experimentar na

realidade. É por essa característica que tem sido acusada, ao longo dos tempos, de alienante, escapista e corruptora, mas é também graças a ela que a obra literária captura o seu leitor e o prende a si mesmo por ampliar suas fronteiras existenciais sem oferecer os riscos da aventura real. (BORDINI; AGUIAR (1988, p.15).

Desse modo, a literatura faz com que o indivíduo amplie sua bagagem intelectual, a fim de que construa e reconstrua formas de enxergar e viver em uma sociedade menos injusta. Para tanto, Candido (1988, p.177) expressa:

Nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

Por isto, cada leitor tem consigo maiores oportunidades dentro da sociedade, pois a leitura literária “confirma e nega”, “propõe e denuncia”, “apoia e combate” estigmas e paradigmas sociais enraizados pela civilização. Nesse ínterim, conforme Cândido (1988, p.182):

as produções literárias, de todos os tipos e de todos os níveis, satisfazem necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão do mundo.

Entretanto, a fim de explorar a liberdade da escrita literária, Llosa (1989, p.24-25) disserta que:

la literatura es el reino por excelencia de la ambigüedad. Sus verdades son siempre subjetivas, verdades a medias, relativas, verdades literarias que con frecuencia constituyen inexactitudes flagrantes o mentiras históricas.

Sendo assim, conforme o autor, a literatura é vista como um reino da ambigüidade, porque suas verdades são subjetivas ou relativas, do mesmo modo que seus flagrantes são imprecisos ou mentirosos.

Ao passo que a literatura pode ser real ou ficta, ou seja, ambígua, a fim de instigar a criatividade e criticidade do leitor, Magalhães (2011, p.117) expõe que:

os perigos, as armadilhas e a sedução da/na leitura permitem que o leitor possa se emancipar e se libertar das amarras de ser o mesmo, sendo outro, vivendo o que as pessoas vivem, transformando-se e alterando-se.

Dessa feita, para ampliar o sentido da leitura literária, Coenga (2016, p.30) pede para o leitor imaginar uma janela aberta e a imensidão da paisagem, e elucida que “a leitura é mais ou menos isso: um mundo de informação e fantasia que está além do alcance e que ela aproxima”.

Por fim, Pereira (2017, p.53) explica que “os livros falam, falam com quem lê e, também, falam entre si, citam-se, referenciam-se e constroem uma teia de conhecimento”. Com isto, este trabalho ao esmiuçar a importância da leitura literária e a necessidade que cada indivíduo tem ao acesso à literatura, busca em “Totonha”, texto disponibilizado em Contos Negreiros (2005), obra de Marcelino Freire, uma forma de compreender o cerceamento do direito fundamental à leitura.

Aos alfabetizados, letrados, graduados, pós-graduados e demais estudantes, torna-se distante imaginar que em qualquer lugar do país, existem pessoas que não tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever. Sendo assim, de modo a fazer o indivíduo refletir sobre este assunto, Marcelino Freire ao escrever “Totonha”, texto presente na obra “Contos Negreiros” convida o leitor a imergir no universo de uma senhora analfabeta.

A proposta de apreciação do conto é justamente compreender a ficção e a realidade de alguns cidadãos brasileiros, portanto passa-se a analisar:

Capim sabe ler? Escrever? Já viu cachorro letrado, científico? Já viu juízo de valor? Em quê? Não quero aprender, dispenso. Deixa pra gente que é moço. Gente que tem ainda vontade de doutorar. De falar bonito. De salvar vida de pobre. O pobre só precisa ser pobre. E mais nada precisa. Deixa eu, aqui no meu canto. Na boca do fogão é que fico. Tô bem. Já viu fogo ir atrás de sílaba?

Neste trecho, lê-se que a personagem busca justificar sua negação em aprender a ler e escrever, se comparando a um vegetal ou a um animal doméstico. E continua se explicando, dizendo que isto é para pessoas mais jovens, que têm anseio de estudar, para construção de dialeto ou para salvar vidas. Afirmando que não há necessidade de ensiná-la, pois é pobre e apenas sabendo cozinhar já basta.

Em seguida, continua:

O governo me dê o dinheiro da feira. O dente o presidente. E o vale-doce e o vale-linguiça. Quero ser bem ignorante. Aprender com o vento, tá me entendendo? Demente como um mosquito. Na bosta ali, da cabrita. Que ninguém respeita mais a bosta do que eu. A química.

Tem coisa mais bonita? A geografia do rio mesmo seco, mesmo esculhambado? O risco da poeira? O pó da água? Hein? O que eu vou fazer com essa cartilha? Número?

Com este fragmento é possível visualizar que a personagem não busca modificar sua realidade, pois apenas espera o mínimo existencial do governo e pretende continuar convivendo com a falta de conhecimento. Dá continuidade para sua narrativa, afirmando que não tem nenhuma intenção de que alguém interfira em seu aprendizado, já que aprender com o vento é o suficiente. Se compara a um inseto, a um dejetivo de animal e aponta que não há o que fazer com uma cartilha de estudos, pois não soluciona sua dificuldade com a falta de água potável.

Vê-se até aqui, que a personagem não se importa em aprender a ler e escrever, tendo em vista que possui problemas maiores em sua vida e todos são decorrentes da pobreza. Assim, dá seguimento:

Só para o prefeito dizer que valeu a pena o esforço? Tem esforço mais esforço que o meu esforço? Todo dia, há tanto tempo, nesse esquecimento. Acordando com o sol. Tem melhor bê-á-bá? Assoletrar se a chuva vem? Se não vem? Morrer, já sei. Comer, também. De vez em quando, ir atrás de preá, caruá. Roer osso de tatu. Adivinhar quando a coceira é só uma coceira, não uma doença. Tenha santa paciência!

Nesta passagem, compreende-se que para a personagem não faz sentido algum aprender a ler e escrever neste momento, pois já se sente sobrecarregada com suas ocupações diárias.

Além de possuir conhecimento empírico sobre aspectos comuns e circunstâncias habituais, como a luz do Sol, a chuva, a morte, a alimentação, os animais, os vegetais e as doenças.

Todavia, os questionamentos passam a ser provocativos: Será que eu preciso mesmo garranchar meu nome? Desenhar só pra mocinha aí ficar contente? Dona professora, que valia tem o meu nome numa folha de papel, me diga honestamente. Coisa mais sem vida é um nome assim, sem gente. Quem está atrás do nome não conta?

No papel, sou menos ninguém do que aqui, no Vale do Jequitinhonha. Pelo menos aqui todo mundo me conhece. Grita, apelida. Vem me chamar de Totonha. Quase não mudo de roupa, quase não mudo de lugar. Sou sempre a mesma pessoa. Que voa.

Totonha se mostra resistente em não aprender a ler e escrever, fundamentando que sua personalidade e presença física significam mais que seu nome escrito em uma folha de papel. Cita que mesmo sendo analfabeta é conhecida pelas pessoas da cidade na qual mora, e se sente livre assim. E finaliza:

Para mim, a melhor sabedoria é olhar na cara da pessoa. No focinho de quem for. Não tenho medo de linguagem superior. Deus que me ensinou. Só quero que me deixem sozinha. Eu e minha língua, sim, que só passarinho entende, entende?

Não preciso ler, moça. A mocinha que aprenda. O doutor. O presidente é que precisa saber o que assinou. Eu é que não vou baixar minha cabeça para escrever.

Ah, não vou.

Mantendo-se persistente em todo o texto, Totonha sugere que outras pessoas pratiquem a leitura e escrita, pois para ela não é necessário. Dessa feita, a personagem demonstra que após tantos anos vividos sem alfabetização e na pobreza, não é preciso se dedicar a algo novo, porque sua vida é pautada naquilo que aprendeu com suas experiências.

Sendo assim, ao final do texto é possível refletir que esta ficção representa a história de muitos brasileiros, que não tiveram a oportunidade de estudar quando eram mais jovens. Neste ínterim, se o direito de ler e escrever tivesse sido ofertado a Totonha anos antes, sua vida poderia ter tomado caminhos diferentes. Deste modo, frisa-se a importância da alfabetização a qualquer momento da vida, porque a leitura e a escrita têm a magnitude de transformar realidades.

Sob este aspecto, o Estado brasileiro deve assegurar o direito à educação, à cultura e à literatura a todos cidadãos,

independente de idade e classe social. No entanto, não é dever do leitor julgar a escolha de Totonha em não ser alfabetizada na velhice, mas se indignar por não ter tido esta oportunidade quando criança ou adolescente.

3 Conclusão

A história de Totonha se repete todos os dias na realidade brasileira, no entanto, a partir do papel de denúncia desta obra, o leitor deve se colocar como sujeito de direito e lutar por aqueles que não têm acesso à leitura. Sendo assim, mesmo que o texto divague por outras formas de compreensão, afirma-se que esta obra instiga o indivíduo à modificação do contexto social.

Com isto, levando em consideração os autores citados nesta pesquisa, a literatura mesmo que ficcional, encontra suporte legal e deve ser inserida em todas as camadas da sociedade. Visto que a leitura literária ressignifica a vida e experiências do indivíduo, dando-lhe autonomia para constituir novos olhares sobre o universo.

Enfim, Totonha apresenta paradigmas sociais que devem ser extirpados, mesmo que seja utópico, é direito de todos o acesso à literatura. Ler e escrever é o mínimo que o Estado brasileiro deve assegurar a seus cidadãos, tendo em vista que a partir da leitura é possível construir conhecimento e, assim, uma nova perspectiva de sociedade.

Referências

- AGUIAR, V.T.; BORDINI, M.G. *Literatura: a formação do leitor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2019.
- CANDIDO, A. *Vários escritos. O direito à literatura*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.
- COENGA, R.E.; COSTA, A.M.R.F.M. *Encantados da Terra Brasilis*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2016.
- FREIRE, M. *Contos Negreiros*. Totonha. São Paulo: Record, 2005.
- LLOSA, M.V. *La verdad de las mentiras*. Debolsillo. Barcelona: Penguin Random House, 2018.
- MAGALHÃES, E.M. *Perigos, armadilhas e seduções*. *Revell*, v.2, n.3, 2011.
- PEREIRA, M.A. *Autor, obra e leitor: perigosas relações de prazer*. *Claraboia*, v.7, p.45-57, 2017.